

Bairro pobre não será desapropriado



Os moradores do bairro Nossa Senhora de Fátima não serão transferidos, conforme o procurador geral

Mercio Di Pietro

A situação do bairro Nossa Senhora de Fátima está definida. Após quase 20 anos reivindicando uma solução, face estar localizada na bacia do futuro lago São Bartolomeu, a população do bairro não será desapropriada, de acordo com o parecer do procurador geral do Governo do Distrito Federal, Emmanuel Francisco Mendes Lyrio, aprovado pelo governador José Ornellas.

No parecer de número 156, de outubro último, o procurador geral aponta quatro alternativas para o bairro. Dentre elas, uma que sugere "desistir das desapropriações relativas ao loteamento Nossa Senhora de Fátima, dotando-o de infra-estrutura sanitária e, ainda, das demais ações desapropriatórias. Concomitantemente a este procedimento, a área da Bacia Hidrográfica do São Bartolomeu e de possível utilização futura, deverá ser preservada mediante legislação específica, segundo um procedimento com duas etapas básicas".

Esta proposta do procurador geral mereceu a concordância do governador José Ornellas, que determinou ao secretário de Serviços Públicos, coronel José Horácio da Costa Aboudib, que adote as medidas necessárias ao seu cumprimento.

O BAIRRO

A situação indefinida do bairro Nossa Senhora de Fátima se arrasta por mais de 20 anos. Surgido de um loteamento desenvolvido pela Imobiliária Brandt & Brandt, no final da década de 50, a atual falta de infra-estrutura tem sido o objeto principal das reivindicações da comunidade.

São cerca de três mil pessoas que ali residem sem qualquer infra-estrutura sanitária, rede de água potável e eletricidade, caracterizando um contraste muito grande não só em relação à população de Planaltina como também às condições da Clínica Psiquiátrica e sede da imobiliária ali instaladas. Ambas dispõem de água potável, luz elétrica, e telefone.

Nos últimos meses a comunidade enfrentava dois grandes e graves problemas: a falta de infra-estrutura, com o consequente aumento de insalubridade, e a constante ameaça de terem de ser removidos, mediante processo desapropriatório. O temor a esta última medida fora inúmeras vezes denunciado, uma vez que, pelos poucos recursos, a grande maioria não teria condições de construir uma nova residência em caso de remoção.

Assim, reivindicavam às autoridades governamentais uma definição, já que a constante presença dos fiscais da Companhia de Água e Esgoto de Brasília (Caesb) — alertando-os para que não fizessem qualquer melhoria, pois a indenização não cobriria as despesas — criava uma expectativa por muitos considerada como negativa.

A Administração Regional de Planaltina, por sua vez, nada podia fazer para atender as solicitações dos moradores. Isso em razão do bairro não estar inserido no Plano Diretor da cidade, impossibilitando o administrador regional Salviano Guimarães de executar qualquer obra de melhoramento que revertesse em benefício da população.

Ainda no inicio de novembro último, Salviano Guimarães aconselhava a comunidade do bairro a reivindicar junto ao Governo uma definição. Dizia ele que somente após essa definição as solicitações populares poderiam ser atendidas. Isso porque, se a comunidade fosse deslocada para outro local em Planaltina, seria preciso um estudo prévio para reasentamento das famílias.

Em caso contrário, o próprio governo se incumbiria de obter recursos para dotar o bairro da infra-estrutura necessária. Assim, ele enfatizava a necessidade de existir uma definição para aquela área, considerada zona sanitária da bacia do São Bartolomeu.

Com a decisão do Governo do Distrito Federal de sustar as quase 2.300 ações expropriatórias e fixar a comunidade no local, Salviano Guimarães explicou que no próximo ano haverá recursos para a implantação da infra-estrutura, levando em consideração a sugestão da Procuradoria Geral.

Embora o orçamento de 1983 não inclua recursos para a execução de obras de melhoria no bairro, já que fora aprovado em setembro deste ano, pelo Congresso, não haverá problemas para a obtenção de verbas. Esclarece o administrador que isso será possível mediante complementação orçamentária.

No momento, contudo, o Plano Diretor da cidade está sendo alvo de um reestudo. Com a sua prevista ampliação em decorrência da inclusão do bairro, haverá também um estudo da sua situação, considerando os itens como rede de água, esgoto, rede elétrica traçado das ruas entre outros. Haverá ainda uma preocupação em fixar o número de residências que o bairro comportará, para evitar a consequente especulação imobiliária e o crescimento desordenado do bairro.